



Coletivo Edmundo Fernande

Por uma **S** **EDUFSM** Classista,
Autônoma, Democrática e de Luta

ANÁLISE DA CONJUNTURA PARA SUBSIDIAR A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE LUTAS NO ANDES-SN E NA SEDUFSM – 26/JANEIRO/2021–

I. A crise do sistema capitalista e as medidas tomadas pelo Capital para enfrentá-la.

1. O Sistema Capitalista vive uma crise crônica e estrutural sem precedentes em sua história que, até para alguns economistas ligados ao capital, já é superior à crise de 1929. A base estruturante dessa crise é a taxa de variação dos lucros das grandes empresas multinacionais em queda e sem perspectiva de retomada do crescimento.

2. A pandemia do novo Corona vírus, além de elevar essa crise a um nível inimaginável, veio expor a face cruel do capitalismo: para enfrentar essa situação de crise econômica e sanitária, o Capital coloca o mercado acima da vida das pessoas e impõe uma verdadeira guerra social contra a classe trabalhadora no mundo todo, com retirada de direitos, arrocho salarial, desemprego, cortes nas aposentadorias, nos investimentos públicos (Saúde, Educação, etc) usando os estados nacionais como instrumento para impor essa política.

3. Os economistas a serviço do Capital diagnosticaram, ainda em fins da década de 1980, esse novo ciclo da crise que viria à tona com a crise imobiliária no EUA, em 2008. A primeira prescrição de medidas para enfrentar essa crise foi a receita neoliberal clássica: privatização de empresas estatais, corte nos gastos públicos, transformação dos serviços públicos em mercadoria e retirada de direitos da classe trabalhadora em todo mundo.

4. A crise imobiliária de 2008, nos EUA, mostrou que medidas dessa natureza não eram suficientes para a retomada do crescimento da taxa dos juros das grandes empresas multinacionais. Diante disso, novas medidas do Capital foram implementadas para enfrentar esse novo ciclo da crise que se descortinou em 2008: além de aplicar com mais rigor e profundidade as medidas neoliberais

clássicas, uma nova divisão mundial do trabalho foi estabelecida: aprofundar a rapinagem sobre os países coloniais e reconduzir os países emergentes à condição de colônia através do recrudescimento de um modelo neoextrativista nos países do terceiro mundo, financiando a política social com base na destruição da natureza e da sociedade, por meio da expansão de commodities (soja, petróleo, silvicultura, mineração e pecuária).

II. O Brasil no panorama dessa crise.

5. No Brasil as primeiras medidas adotadas, por ordem do Capital, para enfrentar a crise capitalista começaram a ser aplicadas ainda no governo Fernando Collor de Mello quando foram privatizadas a Usiminas, Celma, Mafersa, Cosinor, Petroflex, Copesul, Alcanorte, etc. No governo Itamar Franco foram privatizadas a Companhia Siderúrgica Nacional, Embraer, Açominas, a Cosipa, a Ultrafertil, a Acesita, a Goiásfertil, Ponte Rio-Niterói, etc. O governo Fernando Henrique Cardoso privatizou a Vale do Rio Doce, Light, Usiminas, Telebrás, Via Dutra, cinco malhas da Rede Ferroviária Federal, Banespa, Banco Meridional, etc; nos dois governos de Lula, do PT foram privatizadas as hidroelétricas de Santo Antonio e Jirau e foram dadas concessões às rodovias BR 101, BR 116/376, BR 381, BR 393, BR 153. No governo Dilma/Temer foram entregues às concessionárias as rodovias BR 040, BR 050, BR 101, BR153, e BR 163.

6. Restringindo-nos, agora, somente a 2020 e 2021, o plano de privatizações para o ano passado e em curso neste ano, avançou consideravelmente. Esse plano contempla Correios, a Eletrobrás, Telebrás, Dataprev, Serpro e Ceitec e projeta, para 2021 a privatização de outros 115 ativos, dentre eles a venda de 09 estatais e leilões de 16 portos, 6 rodovias, 24 aeroportos e 6 parques florestais. Esse plano prevê, ainda, a venda e a concessão de blocos de gás, minérios e serviços públicos. A pandemia do novo Corona vírus tem retardado esse processo, mesmo diante de uma enorme dificuldade das centrais sindicais em organizarem o movimento de resistência a este avanço do mercado.

7. Graças à parceria comercial com a China (maior parceiro brasileiro no mercado de commodities), o Brasil conseguiu, com base na exportação de commodities, um relativo crescimento econômico durante a primeira década deste século. Essa política provoca uma retração do seu parque industrial, num claro cenário neoextrativista. No início dos anos 2000 cerca de 27% do PIB brasileiro vinha do nosso parque industrial; hoje, em 2021, esse percentual não atinge os 9%, fato que, por si, aumenta a nossa dependência dos países ricos em produtos industrializados, principalmente em relação àqueles produtos relacionados às tecnologias de ponta. Essa é uma situação que tende a se agravar como podemos observar com o fechamento da Embraer e, mais recentemente, da Ford.

8. No entanto, a partir de 2011, quando a China, em 5 anos, tem uma queda brutal no seu crescimento econômico – de cerca de 16% para 6% – esse novo ciclo da crise do sistema capitalista começa a atingir o Brasil, com maior intensidade. Afetada pela crise econômica global, a China não aceita, a partir de então, bancar os preços de commodities nos níveis anteriores. Sem a gordura

advinda da parceria comercial com a China, a economia brasileira começa a entrar em colapso e o governo Dilma se vê obrigado a aplicar medidas mais duras prescritas pelo Capital, contra a soberania nacional, contra a classe trabalhadora e contra a população pobre em nosso país. Com isso, a popularidade de Dilma cai abruptamente, a população pobre e a juventude tomam as ruas das maiores cidades do país, a burguesia brasileira se divide e deu no que deu: o impedimento da presidente.

9. Com a queda da presidente Dilma, Temer assume o poder para completar o trabalho que Dilma não conseguiu implementar: num brutal ataque aos direitos da classe trabalhadora avançou nas reformas do capital ainda de forma mais profunda e autoritária.

10. No entanto, para que o Brasil se reestabeleça como uma neocolônia, foi necessário flexibilizar ainda mais o trabalho interno no Brasil com vistas a uma neoescravidão. Com esse objetivo, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, a Lei da Terceirização e a Carteira Verde e Amarela impuseram aos(as) trabalhadores(as) a impossibilidade de aposentadoria por tempo de serviço, obrigando-os(as) a trabalhar a vida inteira, com um salário miserável e sem outras garantias.

11. Para sedimentar essa recondução do Brasil à condição de colônia dos países sedes das grandes multinacionais, era preciso nos tornar, também, dependentes desses países ricos nos domínios dos conhecimentos em Ciência e Tecnologia. Para isso, aprofundar a precarização da universidade pública brasileira (incluindo seu sistema de pós-graduação), para privatizá-la, tornou-se uma das prioridades do governo Temer e está na ordem do dia no Governo Bolsonaro/Mourão. E não sem razão: as IFES, no Brasil, junto com outras universidades e institutos de pesquisa públicos são responsáveis por mais de 90% da produção em conhecimento científico, tecnológico e em humanidades em nosso país.

12. Para que se tenha uma dimensão, ainda que parcial, dos ataques que a educação pública superior vem sofrendo no Brasil, basta observarmos o atual conjunto de medidas dirigidas às IFES pelo governo federal, que mantém o caráter privatista e de desmonte da universidade pública. Os cortes orçamentários das verbas de custeio e capital irão inviabilizar o funcionamento das IFES meses antes do término do ano de 2021. O impacto de medidas dessa natureza, por exemplo, na UFSM, no âmbito do Projeto de Lei Orçamentária prevê o corte de 18,2 % no orçamento para 2021, ou seja, aproximadamente, R\$ 25 milhões a menos nas verbas da universidade, o que possibilitaria a essa universidade manter-se, nas condições exigidas pelas demandas primárias, somente até o mês de agosto desse ano de 2021 (<https://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=6141>). A Instrução Normativa 65 (IN 65) que regulamenta o ensino remoto como modalidade alternativa ao ensino presencial, vem ao encontro das demandas do mercado, precariza o processo de ensino e aprendizagem, está causando adoecimento de docentes e discentes e irá afetar a permanência de alunos e alunas nas universidades públicas. A reforma administrativa, por sua vez, extingue os concursos públicos, estabelece o fim da estabilidade do servidor público, da

garantia de irredutibilidade salarial, das progressões e das promoções automáticas. Essa reforma possibilita a redução de jornada de trabalho com proporcional redução de salário; a redução do salário de ingresso no serviço público e das férias para 30 dias; a ampliação do estágio probatório e do tempo de permanência na carreira. Cortes dessa natureza possibilitam, também, a redução do número de bolsas de iniciação científica e de trabalho, a dificuldade da UFSM em honrar o pagamento de serviços de sua manutenção (água, luz, etc) e outros serviços terceirizados o que, em tempos de pandemia, significa, por exemplo, menos profissionais a realizar a sanitização necessária do ambiente universitário.

13. Não bastasse isso, a autonomia universitária vem sendo atacada de forma inaceitável pelo governo Bolsonaro/Mourão. Não são poucas as IFES, no Brasil, que estão sob intervenção branca do governo federal. O caso recente, da ingerência do governo federal na escolha do(a) gestor(a) da Universidade Federal de Pelotas é mais um exemplo de ataque à autonomia universitária duramente conquistada, na luta, pelo movimento docente de ensino superior público no Brasil. Em nosso país, hoje, aproximadamente 20% dos reitores foram nomeados por Bolsonaro, o que altera, de forma substancial, a correlação de forças dentro da ANDIFES.

14. Essas medidas, inseridas na lógica das outras reformas já implantadas por governos anteriores do PT e do MDB, além de decretar o fim da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Laica e Socialmente Referenciada e de aprofundar a lógica do Mercado à Educação Superior, retira verbas que deveriam ser destinadas ao ensino, à pesquisa e à extensão para, por meio do Sistema da Dívida Pública, garantir lucros aos banqueiros e aos grandes empresários. Não bastasse isso, vai promover, também, a exclusão da classe trabalhadora e da população pobre do campo e da cidade ao acesso e permanência à educação superior em nosso país que, hoje, representam dois terços dos alunos e alunas dessas instituições de ensino.

15. Com o desmonte do parque industrial brasileiro e a consequente dependência de produtos industrializados vindos dos países ricos; com o desmonte das instituições públicas superiores no Brasil – responsáveis, como já dissemos, por mais de 90% da produção de conhecimento científico, tecnológico e humanidades – que nos tornaria dependentes dos países sedes das grandes multinacionais nesses conhecimentos; com uma classe trabalhadora em regime de semiescavidão e com a nova reconfiguração na divisão mundial do trabalho, ao Brasil caberá – junto com outros países emergentes, coloniais e semicoloniais submetidos à mesma política – a tarefa de prover o mundo com produtos primários como alimentos, minérios, pedras preciosas, etc. Esse é o cenário que se nos coloca de recondução, por ordem do capital, à situação de colônia.

16. É nesse contexto que temos que entender as medidas que vêm sendo adotadas, contra a soberania nacional, contra a classe trabalhadora e a população pobre em nosso país, pelos últimos governos.

III. As forças sociais e suas organizações políticas e sindicais no Brasil

17. Com a eleição do governo Bolsonaro/Mourão e o surgimento da pandemia do novo Corona vírus, à crise político-social se somou uma crise sanitária que aprofundará de forma virulenta a crise do sistema capitalista no Brasil e em todo planeta. Esse governo, bonapartista e de ultradireita, foi eleito com o apoio de setores da classe operária e da classe média desacreditadas pelo governo do PT. Mas foi com apoio massivo da burguesia que ele se elegeu com a tarefa de dar continuidade à implementação das reformas que o Capital exige, que o governo Dilma não conseguia realizar e que já estavam sendo realizadas no governo Temer. O surgimento da pandemia do novo Corona vírus escancarou o caráter genocida desse governo e sua incapacidade de administrar a crise sanitária que se instalou, seja no âmbito nacional seja nas relações internacionais. Embora já existam vacinas seguras para iniciar um plano nacional de vacinação que possibilite debelar a covid-19, a inoperância e a política genocida do governo Bolsonaro/Mourão são obstáculos a isso. O descaso absoluto desse governo para com a pandemia, com uma política genocida, mantendo como Ministro da Saúde um general incapaz de estabelecer um plano coordenado de ações entre todos os níveis de poder, só poderia resultar nesta situação que estremece ao mundo todo: colapso no sistema de saúde, mortes por falta de oxigênio, mortes por falta de leitos em UTI, atraso no processo de vacinação, esgotamento emocional das equipes de saúde, absolutamente insuficientes para atender ao volume de internações. Para piorar esse caos sanitário, a dinâmica do processo de vacinação, no Brasil, aponta para que somente em fins de 2022 teremos os necessários 70% da população vacinada, numa estimativa de que, até lá, teremos mais de 400 mil mortes. Nesse sentido, participar de uma campanha nacional por Vacina Já para toda a população e pela quebra das patentes do processo de produção desse antídoto é urgente e necessário. Devido a essa crise social, sanitária e econômica já surgem fissuras no interior da burguesia, preocupada com a perda de popularidade desse governo (vide Revista Exame de 21/01/2021) e da possibilidade que se coloca de uma explosão social incontrolável. Uma evidência dessa fissura é o fato de, no dia 22/01/2021, a mídia burguesa (GloboNews) ter divulgado uma movimentação no congresso nacional, pró impedimento de Bolsonaro, com cerca de 110 signatários.

18. Diante desse quadro como se comportam as forças sociais e suas organizações políticas e sindicais no Brasil?

i). A burguesia brasileira, racista e escravocrata, subserviente à burguesia internacional de quem é parceira, seus partidos políticos e seus aliados da classe média não se contrapõem a essas medidas de recondução do Brasil à condição de colônia e a essa verdadeira guerra social contra a classe trabalhadora e a população pobre em nosso país. Basta, para isso, observar, como seus representantes se comportam na Câmara dos Deputados, no Senado Federal (verdadeiros balcões de negócios) e na gestão dos Estados e Municípios da União. Mesmo diante do desastre político, econômico, social e sanitário que representa o governo Bolsonaro/Mourão, a burguesia brasileira e seus aliados – com o discurso da razão cínica de que esse governo foi eleito democraticamente e, portanto, tem o direito de governar até o fim de seu mandato – somente ladram, não movem uma palha, sequer, para impedir esse governo genocida.

Um discurso que não se sustenta diante do fato de que o impedimento de qualquer político, no Brasil, é preceito constitucional.

ii). No que diz respeito à classe operária e os trabalhadores, em geral, o desemprego atinge 14,6%. Somando-se a isso os(as) trabalhadores em situação de trabalho informal e temporário, o Brasil possui, hoje, um exército de reserva de mão de obra de cerca de 80 milhões de pessoas. Para completar um simples retrato da crise social por que passa a classe trabalhadora e a população pobre em nosso país temos, hoje, 31,4% de desempregados(as) na juventude, 30,3% de força de trabalho subutilizada; dentre negros(as) e pardos(as) 64% estão desempregados e 66% são subutilizados. E isso tudo num quadro onde a inflação da cesta básica, em alta, atinge os 20% e o rendimento dos(as) trabalhadores(as), em queda, chega a 4,9%.

iii). Embora tenha se agravado com a pandemia do novo Corona vírus, o retrato da crise social, antes da instalação dessa crise sanitária, não era muito diferente desse apresentado. Para resistir à crise social e aos ataques da classe patronal e dos governos federal, estaduais e municipais, no período anterior à pandemia, muitas foram as lutas (greves, mobilizações de rua, ocupações, etc) protagonizadas pela classe trabalhadora e a população pobre.

Com a presença da COVID-19 essas lutas sofreram refluxo mas não deixaram de ocorrer. Entre janeiro e novembro de 2020, o Brasil teve 580 greves, 46% a menos do que no mesmo período do ano anterior. Dentre elas, a maior e mais longa greve da história de lutas dos(as) trabalhadores(as) dos Correios. Agregue a isso as centenas de outras lutas que ocorreram no campo e na cidade: a grande mobilização dos metalúrgicos do ABC, do Vale do Paraíba e da Bahia contra o fechamento da Ford no Brasil, defendendo a estatização dessa empresa, sem indenizá-la e colocada sob o controle dos(as) trabalhadores(as) que nela trabalham; a resistência heroica dos povos da floresta contra as grandes mineradoras e o agronegócio; a resistência e as ocupações quilombolas no campo e na cidade; as ocupações urbanas em cidades de grande e médio porte; as lutas contra a devastação ambiental como, por exemplo, as queimadas criminosas na Amazônia e no Pantanal, etc. Esses conflitos evidenciam que, mesmo em tempos de pandemia, a classe trabalhadora e a população pobre estão dispostas à luta.

iv). Diante desses ataques impostos pelo Capital e dos governos de plantão das esferas federal, estaduais e municipais, as centrais sindicais – exceção feita à CSP-Conlutas – adotaram, quase sempre, uma atitude de não enfrentamento, procurando sempre substituir a ação direta pelas negociações morosas que se arrastam no tempo até que, por força do cansaço, a desmobilização se imponha. Essa política reformista da CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB e Nova Central, que compõem o Fórum das Centrais – da qual a CSP-Conlutas e a Intersindical Vermelha não participam –, vem há décadas impondo derrotas nas lutas de nossa classe. Vencer esse obstáculo deve ser uma das tarefas centrais da classe trabalhadora, no Brasil. Chamar a unidade, na luta, contra os ataques que o sistema capitalista nos impinge é tarefa urgente e imprescindível.

v) Os partidos que se reivindicam de esquerda e que são braços políticos dessas centrais, como o PT, PC do B, por exemplo, reprimem a classe trabalhadora e a

população pobre e negra das periferias e implementaram, nos estados em que são governo – Bahia e Maranhão, respectivamente –, a reforma trabalhista e outras medidas de interesse do Capital. Para se ter uma ideia de que lado estão o PT e o PC do B, neste momento, basta observar que no último dia 11 de janeiro declaram apoio à candidatura de Rodrigo Pacheco, do DEM, à presidência do congresso, candidatura essa que tem o apoio irrestrito de Bolsonaro e de sua trupe. Mesmo o Psol – exceção feita a uma ou outra corrente política interna que o compõe – não passa, hoje, de um “puxadinho” do PT. Para confirmar isso, basta analisar o programa como Boulos projetou-se no último pleito eleitoral à prefeitura de São Paulo. Esses partidos estão mobilizados somente com vistas às eleições de 2022, com projetos políticos claros de conciliação de classe.

19. Nos marcos dessa conjuntura de ataques as diretorias do ANDES-SN em nível nacional e da SEDUFMS, localmente, têm que organizar suas bases e discutir, imediatamente, um plano de lutas contra esses ataques do governo Bolsonaro/Mourão, que contemple a defesa dos nossos direitos, a exigência de vacina contra o COVID-19 para todos já, obedecendo o plano nacional de vacinação e a defesa intransigente da universidade pública, gratuita, laica, autônoma, democrática e socialmente referenciada. Pela primeira vez na história de nosso sindicato, o ANDES inicia um ano sem sequer ter uma agenda de quando será construído o plano de lutas para 2021. Em um dos anos mais difíceis do nosso enfrentamento como trabalhadores do setor público e da área da educação, tão duramente atacada na pandemia, o nosso sindicato está completamente desmobilizado e sem direção, seja na esfera nacional, seja na esfera local. As carreatas organizadas em todo o Brasil no último sábado, 23/1, não tiveram o menor rebatimento na SEDUFMS, e isso precisa ser urgentemente modificado. A estrutura básica de um plano de lutas que nos leve de volta à construção da resistência já existe, e precisa ser atualizado para atender as demandas das mudanças impostas pela conjuntura. Ele foi aprovado em outubro de 2019, no último congresso nacional da central sindical CSP-Conlutas, a qual o ANDES-SN e a SEDUFMS são filiados e participaram. Por isso, o isolamento social, tão necessário à contenção da pandemia, não pode se transformar em um isolamento político dos trabalhadores, pois isso significa escancarar a porteira para que a boiada da destruição se abata sobre os mais vulneráveis deste país. A luta é urgente e a organização, necessária!

Coletivo Edmundo Fernandes: **POR UMA SEDUFMS CLASSISTA, AUTÔNOMA, DEMOCRÁTICA E DE LUTA**